



POLÍTICA DE PRIVACIDADE DO SIS.INTEGRA

Esta Política de Privacidade esclarece como são realizados os tratamentos de dados pessoais pela Prefeitura Municipal de Caucaia, CNPJ “07.616.162/0001-06”, doravante denominada “Município”, no oferecimento do Sis.Integra, contendo informações sobre todas as operações de tratamento dos dados pessoais dos Usuários, além das medidas de proteção tomadas pelo Município, com a finalidade de demonstrar absoluta transparência quanto ao assunto e esclarecer a todos interessados sobre os tipos de dados que são coletados, os motivos da coleta, e a forma como os Usuários podem gerenciar ou excluir as suas informações pessoais.

É altamente recomendado que os Usuários leiam com atenção a presente Política de Privacidade.

O Município coleta dados pessoais através do Sis.Integra com a finalidade de prestar seus serviços necessários à execução de políticas públicas e cumprir com suas obrigações legais.

O Município é comprometido com a segurança dos dados tratados, prezando pela privacidade e a proteção dos dados pessoais de seus Usuários.

Esta Política é complementar aos Termos de Uso (<https://protocolovirtual.caucaia.ce.gov.br/termos-de-uso>) que regulam o uso do Sis.Integra.

O presente documento foi elaborado em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD (Lei nº 13.709/18), o Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/14) e a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/11), pelo que todo o tratamento dos dados coletados é feito em estrita conformidade às leis e regulamentos infralegais aplicáveis.

Eventualmente, o Município poderá integrar ao Serviço novas funcionalidades, serviços ou plataformas adicionais relacionadas ao Sis.Integra. Salvo disposição contrária, sempre que essas mudanças forem introduzidas, as mesmas ficarão sujeitas à presente Política, ressalvados os casos em que essas alterações possuam políticas de privacidade personalizadas e separadas.

Recomendamos que você leia atentamente este Documento e, em caso de dúvidas, solicitações, problemas ou sugestões relacionadas a esta Política, ao tratamento de seus dados pessoais ou ao exercício de seus direitos como titular dos dados, entre em contato com nosso encarregado através da aba “Fale Conosco”.

1. DEFINIÇÕES

1.1. Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD): Órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD em todo o território nacional.

1.2. Cadastro: Operação de criação de Conta no Sis.Integra pelo Usuário, a partir da disponibilização de informações exigidas pelo Serviço.



- 1.3.** Consentimento: Manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada.
- 1.4.** Conta: Conta virtual do Usuário que permite a utilização de todas as funcionalidades do Serviço.
- 1.5.** Controlador: Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais, aqui a Prefeitura Municipal de Caucaia.
- 1.6.** Dado Anonimizado: Dado relativo a titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento.
- 1.7.** Dado Pessoal: Informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável.
- 1.8.** Dado Pessoal Sensível: Dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.
- 1.9.** Encarregado: Pessoa indicada pelo Controlador e Operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).
- 1.10.** Operador: Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador.
- 1.11.** Titular: Pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento.
- 1.12.** Transferência internacional de dados: Transferência de dados pessoais para país estrangeiro ou organismo internacional do qual o país seja membro.
- 1.13.** Tratamento: Toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.
- 1.14.** Serviço: O próprio Sis.Integra e sistemas acessórios ao seu pleno funcionamento.
- 1.15.** Uso Compartilhado de Dados: Comunicação, difusão, transferência internacional, interconexão de dados pessoais ou tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais por órgãos e entidades públicos no cumprimento de suas competências legais, ou entre esses e entes privados, reciprocamente, com autorização específica, para uma ou mais modalidades de tratamento permitidas por esses entes públicos, ou entre entes privados.
- 1.16.** Usuário: Todas as pessoas que utilizarem o Serviço.
- 1.17.** Violação de Dados Pessoais: Violação de segurança que provoque, de modo acidental ou ilícito, a destruição, a perda, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizado a dados pessoais transmitidos, conservados ou sujeitos a qualquer outro tipo de tratamento.



2. BASE LEGAL PARA O TRATAMENTO DOS DADOS

2.1. Em reconhecendo que o Serviço é mantido por ente da Administração Pública, sendo necessário à execução de políticas públicas e ao cumprimento de suas obrigações legais, o tratamento dos dados pessoais indispensáveis à utilização do Sis.Integra é autorizado pelas hipóteses previstas nos incisos I e II, do art. 7º, da Lei nº 13.709/18.

2.2. Para os dados pessoais não necessários à utilização do Sis.Integra, adicionais a mera prestação dos serviços públicos através do Serviço, o tratamento é autorizado pelo fornecimento de consentimento pelo titular.

3. DADOS PESSOAIS COLETADOS

3.1. O Sis.Integra, para o desempenho de suas funções, coleta os seguintes dados pessoais:

- I)** Dados de Identificação: Nome Completo
- II)** Identificação Gerada por Órgãos Oficiais: CPF, RG, CNH
- III)** Informações Residenciais: Endereço, Número, Complemento, Bairro, CEP, Cidade, Estado
- IV)** Características Pessoais: Data de Nascimento
- V)** Informações de Contato: E-mail e Telefone
- VI)** Informações de Cargo: Cargo do Agente Público, Profissão

4. DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS

4.1. Não haverá coleta de quaisquer dados pessoais sensíveis, a saber:

- I)** Dados sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político;
- II)** Dados genéticos ou biométricos;
- III)** Dados referentes à saúde ou à vida sexual.

5. FORMAS DE COLETA DOS DADOS PESSOAIS

5.1. Os dados pessoais são coletados pelo Sis.Integra da seguinte forma:

- I)** Quando o Usuário cria ou altera sua conta no Serviço: Nome Completo, CPF, E-mail, Data de Nascimento, telefone, Endereço, Número, Complemento, Bairro, CEP, Cidade, Estado, Cargo do Agente Público, Profissão;



II) Quando o Usuário inicia um chamado na aba “Fale Conosco”: Nome Completo, CPF, e-mail, Telefone;

III) Quando o Sis.Integra recebe, por uso compartilhado de dados, informações de bancos de dados por órgãos, entidades públicas, ou entre esses e entes privados, reciprocamente, com autorização específica, no cumprimento de suas competências legais: RG, CNH, nº de Registro Profissional, dados presentes em instrumentos de procuração e demais documentos necessários para o início de processos administrativos junto às secretarias do Município.

6. FINALIDADE DO TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS

6.1. Os dados pessoais coletados e armazenados pelo Município através do Serviço têm como finalidade a identificação do Usuário, execução de políticas públicas, o cumprimento de suas obrigações legais, protocolo e comunicações referentes a processos administrativos iniciados através do Sis.Integra.

6.2. O tratamento de dados pessoais para finalidades não previstas nesta Política de Privacidade somente ocorrerá mediante comunicação prévia ao Usuário, de modo que os direitos e obrigações aqui previstos permanecem aplicáveis.

7. ARMAZENAMENTO DOS DADOS

7.1. Ao tratar os seus dados pessoais, o Município realizará seus melhores esforços para armazená-los e mantê-los protegidos, em ambientes seguros e controlados, respeitando a legislação vigente.

7.1.1. O Município mantém salvaguardas físicas, eletrônicas e processuais relacionadas ao tratamento de seus dados pessoais.

8. PRAZO DO ARMAZENAMENTO DOS DADOS

8.1. Os dados pessoais coletados são armazenados pelo Município durante o período necessário para o cumprimento das finalidades previstas na presente Política.

8.2. Os dados pessoais serão eliminados após o término de seu tratamento, podendo ser conservados após esse período para:

- I)** Cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo Controlador;
- II)** Estudo por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais;
- III)** Transferência a terceiros, desde que respeitados os requisitos de tratamento de dados dispostos na Lei 13.709/18;



IV) Uso exclusivo do Controlador, vedado seu acesso por terceiro, e desde que anonimizados os dados.

8.3. Durante o período de tratamento dos dados tratados com base no consentimento, esses podem ser removidos ou anonimizados a pedido do Usuário, excetuando os casos em que a lei oferecer outro tratamento.

9. SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO SOBRE OS DADOS PESSOAIS

9.1. O Município trata os dados pessoais em todos os momentos de modo confidencial e mantém o dever de sigilo sobre eles, adotando as medidas técnicas e organizacionais necessárias para a segurança dos dados, levando em consideração a natureza dos dados armazenados e os riscos a que estão expostos.

9.1.1. O Município permite que os dados pessoais sejam acessados pelos Agentes Públicos relacionados à Prefeitura Municipal de Caucaia, e outros terceiros no limite do necessário para executarem suas tarefas, buscando-se proteger os dados contra acessos não autorizados, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

9.2. O Município se compromete a implementar, de maneira contínua, medidas físicas, técnicas e administrativas de segurança da informação no tratamento dos dados pessoais, em conformidade com as melhores práticas do mercado.

9.2.1. Para garantir a segurança, serão adotadas soluções que levem em consideração as técnicas e a tecnologia adequadas, a natureza, o âmbito, o contexto e as finalidades do tratamento, a criticidade e sensibilidade dos dados tratados e os riscos para os direitos e liberdades do Usuário.

9.2.2. As funcionalidades do Serviço são testadas e as falhas encontradas são corrigidas à medida que são identificadas. Além disso, as vulnerabilidades das tecnologias utilizadas também são corrigidas à medida que são reportadas.

9.3. O Sis.Integra utiliza criptografia para que os dados sejam transmitidos de forma segura e confidencial, de maneira que a transmissão dos dados entre o servidor e o Usuário ocorra de maneira totalmente cifrada ou encriptada.

9.4. O Sis.Integra se exime de responsabilidade por danos decorrentes de culpa exclusiva de terceiros, como em caso de ataques *hackers* ao dispositivo do Usuário, ou culpa exclusiva sua, como no caso em que ele mesmo transfere seus dados a terceiro.

9.5. Em casos de ataques de *ransomware* o Município nunca pagará resgates, mas fará tudo o que puder para prevenir ou se recuperar de ataques.

9.6. Em caso de violação de segurança de quaisquer dos dados pessoais armazenados, o Município se compromete a comunicar, em prazo adequado e hábil, os Usuários diretamente atingidos por essa violação.



10. RESPONSABILIDADES DO CONTROLADOR

10.1. O Controlador se compromete a cumprir as normas previstas na legislação específica de proteção de dados pessoais e demais aplicáveis, e respeitar os seguintes princípios que regem o tratamento de dados pessoais:

- I) Finalidade:** Realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao Usuário, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades;
- II) Adequação:** Compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao Usuário, de acordo com o contexto do tratamento;
- III) Necessidade:** Limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados;
- IV) Livre acesso:** Garantia, ao Usuário, de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais;
- V) Qualidade dos dados:** Garantia, ao Usuário, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento;
- VI) Transparência:** Garantia, ao Usuário, de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial;
- VII) Segurança:** Utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão;
- VIII) Prevenção:** Adoção de medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais;
- IX) Não discriminação:** Impossibilidade de realização do tratamento para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos;
- X) Responsabilização e Prestação de Contas:** Demonstração da adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais e, inclusive, da eficácia dessas medidas.

11. COOKIES

11.1. O Serviço utiliza *cookies* necessários definidos pelo Município, com finalidade exclusiva de autenticação do Usuário, isto é, verificar se o Usuário está autenticado através do *login* em sua Conta, identificando sua sessão e apresentará as funcionalidades do Serviço restritas para Usuários Cadastrados.



12. COMPARTILHAMENTO DOS DADOS PESSOAIS COLETADOS

12.1. O Município responsável pelo Sis.integra poderá celebrar convênios com outras pessoas de direito público ou de direito privado visando a utilização de dados e elementos disponíveis nos cadastros dos Usuários, na execução de políticas públicas e na observância de suas obrigações legais, atendendo sempre sua finalidade pública e mantendo a proteção de seus dados pessoais.

12.2. Os terceiros porventura participantes no tratamento recebem os dados na medida do necessário para permitir que eles realizem os serviços contratados.

12.3. O Município poderá realizar o uso compartilhado de dados com outros entes da Administração Pública, desde que se dê com o estrito objetivo de executar políticas públicas expressamente previstas na legislação.

13. TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL DE DADOS

13.1. O Serviço mantém um alinhamento às práticas e tecnologias mais atuais, pelo que poderá armazenar os dados pessoais em servidores localizados fora do território nacional, incluindo, mas não se restringindo a servidores de computação em nuvem que seguem padrões internacionais aceitos para segurança de dados pessoais.

13.1.2. O Sis.Integra realizará as transferências internacionais dos dados pessoais apenas com base em mecanismos permitidos pela legislação aplicável, se comprometendo a assegurar a proteção dos dados através de práticas como a celebração de acordos contratuais apropriados, a fim de assegurar que os terceiros porventura participantes no tratamento possuam padrões de proteção de dados e segurança da informação compatíveis com os desta Política.

14. DIREITOS DO TITULAR DOS DADOS

14.1. O Usuário, titular dos dados pessoais, ao usar o Sis.Integra possui os seguintes direitos:

- I) Direito de Acesso:** Direito de solicitar o acesso aos dados pessoais tratados pelo Município através do Sis.Integra;
- II) Direito de Confirmação:** Direito de obter do Município a confirmação de que os dados pessoais que lhe digam respeito são ou não objeto de tratamento através do Sis.Integra;
- III) Direito de Correção:** Direito de solicitar a alteração ou atualização dos dados pessoais tratados sempre que estiverem incompletos, inexatos ou desatualizados;
- IV) Direito de Eliminação:** Direito de solicitar a eliminação dos dados pessoais tratados com base no seu consentimento;



V) Direito de Informação: Direito de ser informado sobre as entidades públicas e privadas com as quais o Município compartilhou seus dados, sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências desta negativa;

VI) Direito de Limitação: Direito de limitar o tratamento de seus dados pessoais tratados com base no seu consentimento, solicitando a anonimização, o bloqueio ou a eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com a legislação de proteção de dados pessoais;

VII) Direito de Revisão de Decisões Automatizadas: Possibilidade de solicitar a revisão de decisões tomadas unicamente com base em tratamento automatizado de dados pessoais que afetem seus interesses;

VIII) Direito de Revogação do Consentimento: Quando o tratamento depender do consentimento do titular dos dados pessoais, direito de revogar, a qualquer momento, o consentimento previamente concedido, através de manifestação expressa, por procedimento gratuito e facilitado. A revogação do consentimento não afeta a legalidade de tratamentos realizados até o momento da revogação.

14.2. Caso o Usuário tenha interesse em exercer algum dos direitos elencados acima deverá entrar em contato com o encarregado dos dados através da aba “Fale Conosco”.

15. RETIFICAÇÃO DOS DADOS

15.1. O Usuário, ao cadastrar-se, manifesta conhecer que pode exercitar seus direitos de acessar e atualizar seus dados pessoais.

15.1.1. O Usuário garante e responde pela veracidade, exatidão, vigência e autenticidade dos dados pessoais, e se compromete a mantê-los devidamente atualizados.

16. REQUERIMENTOS LEGAIS

16.1. O Município coopera com as autoridades competentes e com terceiros para garantir o cumprimento das leis, salvaguardar a integridade e a segurança do Sis.Integra e de seus usuários, impedir atividades ilegais.

16.2. Os dados pessoais armazenados são tratados com confidencialidade. No entanto, o Município pode divulgar informações pessoais, caso seja obrigado por lei ou ordem judicial para tanto.

16.2.1. O Município poderá, quanto às ordens judiciais de pedido de informações, compartilhar informações necessárias para investigações ou tomar medidas relacionadas a atividades ilegais, suspeitas de fraude ou ameaças potenciais contra pessoas, bens ou sistemas que sustentam o Serviço ou de outra forma necessária para cumprir com as obrigações legais.

16.2.2. Caso ocorra o compartilhamento de informações na hipótese elencada, o Município notificará os titulares dos dados, salvo quando o processo estiver em segredo de justiça.



17. COMUNICAÇÕES POR E-MAIL

17.1. Respeitando a privacidade do Usuário, as mensagens enviadas por e-mail conterão informações ou comunicados relacionados exclusivamente ao Serviço, incluindo, mas não se limitando ao Cadastro, a gestão da Conta, recuperação de senha, atualização de dados cadastrais, utilização dos serviços de protocolo e ao serviço de atendimento.

17.1.1. O Sis.Integra não envia e-mails com pedidos de informações confidenciais. Portanto, o Usuário nunca deve fornecer informações pessoais em resposta a e-mails enviados, supostamente, em nome do Serviço, do Município responsável ou de quaisquer de suas secretarias.

18. ALTERAÇÕES DA POLÍTICA DE PRIVACIDADE

18.1. O Município se reserva ao direito de modificar essa Política de Privacidade a qualquer momento, então, é recomendável que o Usuário a revise com frequência.

18.1.1. As alterações surtirão efeito imediatamente após sua publicação na plataforma.

18.1.2. Quando realizadas alterações que acarretem impacto no consentimento previamente fornecido pelo titular, quando necessário ao tratamento dos dados, os Usuários serão devidamente notificados por e-mail ou pelo próprio Serviço.

18.1.3. Ao utilizar o Serviço ou fornecer informações pessoais após eventuais modificações, o Usuário demonstra sua concordância com as novas normas.

19. DA LEI APLICÁVEL E DO FORO

19.1. Para a solução de controvérsias decorrentes do presente Documento será aplicado integralmente a legislação brasileira.

19.2. Sem prejuízo de qualquer outra via de recurso administrativo ou judicial, todos os cidadãos têm direito a apresentar petição contra o Controlador (Prefeitura Municipal de Caucaia), referente a seus dados pessoais, à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), desde que tenha havido reclamação formal anterior não solucionada no prazo pelo Controlador.

19.3. Disputas ou controvérsias relacionadas a este Instrumento, oriundas de atos praticados no âmbito da utilização do Sis.Integra, serão processadas na Comarca de Caucaia-CE, salvo se a legislação aplicável ressaltar especificamente outra competência pessoal, territorial ou funcional.



20. VALIDADE DA POLÍTICA DE PRIVACIDADE

20.1. Essa Política de Privacidade permanecerá válida por tempo indeterminado, podendo ser alterada a qualquer tempo e independentemente de anuência prévia do titular dos dados.

21. CONTATO DO ENCARREGADO DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

21.1. O Encarregado de Proteção de Dados é de indicação da Prefeitura Municipal de Caucaia. Caso necessário, o Usuário poderá entrar em contato diretamente através da aba “Fale Conosco”.

22. CONSENTIMENTO

22.1. Ao fornecer os dados pessoais no Cadastro, marcados como não obrigatórios para a criação da Conta, o Usuário consente com o tratamento de dados baseados no consentimento com a presente política de privacidade.

22.1.1. Para os demais dados pessoais necessários e indispensáveis à utilização do Sis.Integra, o Usuário declara estar ciente que a base de tratamento não depende de seu consentimento, sendo o tratamento realizado sob as hipóteses previstas na cláusula “2.1”.

23. DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. Esta Política de Privacidade consiste na versão válida e eficaz das informações sobre o tratamento dos seus dados pessoais pelo Município através do Sis.Integra. Essa versão é responsável por governar todas as relações entre o Usuário, enquanto titular dos dados pessoais, e o Sis.Integra, exceto quando houverem serviços relacionados com políticas de privacidade próprias.

23.2. As cláusulas desta Política de Privacidade seguirão vigentes a qualquer forma de terminação, ocorrida por qualquer motivo, de modo a continuar a produzir efeitos sobre as partes enquanto houver relações jurídicas subsequentes.

Caucaia-CE, 03 de fevereiro de 2023